



Número: **0800022-58.2019.8.15.1071**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Jacaraú**

Última distribuição : **09/01/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**


Justiça gratuita? **SIM**


Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**


| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|---|--------------------|--|-------------------|
| JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO (AUTOR) | | ABRAAO COSTA FLORENCIO DE CARVALHO (ADVOGADO) | |
| SEBASTIAO JOSE DA SILVA (AUTOR) | | ABRAAO COSTA FLORENCIO DE CARVALHO (ADVOGADO) | |
| MARIA DA LUZ FELIX DA SILVA (AUTOR) | | ABRAAO COSTA FLORENCIO DE CARVALHO (ADVOGADO) | |
| BRADESCO SEGUROS S/A (REU) | | SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO) | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 31843 227 | 26/06/2020 15:12 | Apelação | Apelação |
| 31843 230 | 26/06/2020 15:12 | 2573506_RECURSO_DE_APELACAO_Anexo_02 | Outros Documentos |
| 31843 231 | 26/06/2020 15:12 | 2573506_RECURSO_DE_APELACAO_01 | Outros Documentos |

EM ANEXO



| | | | |
|--|----------------------------|---|---|
|  Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte) | | | Número do boleto: 107.5.20.00117/01 |
| Nº do Processo: 0800022-58.2019.815.1071 | Comarca: Jacarau | Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7 | Data de emissão: 17/06/2020 |
| Número da guia: 107.2020.600117 Tipo da Guia: Custas de Recursos | | | Data de vencimento: 30/06/2020 |
| Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 310,68 Promovente: SEBASTIAO JOSE DA SILVA e outro(s) - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: BRADESCO SEGUROS S/A Valor da causa: R\$ 13.500,00 | | | UFR vigente: R\$ 51,78 |
| Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. | | | Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6 |
| 866800000030 120309283188 520200630108 752000117016 | | | Parcela: 1/1 |
| | | | Valor total: R\$ 312,03 |
| | | | Desconto total: R\$ 0,00 |
| | | | Valor final: R\$ 312,03 |

| | | | |
|---|----------------------------|---|---|
|  Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo) | | | Número do boleto: 107.5.20.00117/01 |
| Nº do Processo: 0800022-58.2019.815.1071 | Comarca: Jacarau | Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7 | Data de emissão: 17/06/2020 |
| Número da guia: 107.2020.600117 Tipo de Guia: Custas de Recursos | | | Data de vencimento: 30/06/2020 |
| Promovente: SEBASTIAO JOSE DA SILVA e outro(s) Promovido: BRADESCO SEGUROS S/A Valor da causa: R\$ 13.500,00 | | | UFR vigente: R\$ 51,78 |
| Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 310,68 - Taxa bancária: R\$ 1,35 | | | Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6 |
| | | | Parcela: 1/1 |
| | | | Valor total: R\$ 312,03 |
| | | | Desconto total: R\$ 0,00 |
| | | | Valor final: R\$ 312,03 |

| | | | |
|--|----------------------------|---|---|
|  Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco) | | | Número do boleto: 107.5.20.00117/01 |
| Nº do Processo: 0800022-58.2019.815.1071 | Comarca: Jacarau | Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7 | Data de emissão: 17/06/2020 |
| Número da guia: 107.2020.600117 Tipo de Guia: Custas de Recursos | | | Data de vencimento: 30/06/2020 |
| Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 310,68 Promovente: SEBASTIAO JOSE DA SILVA e outro(s) - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: BRADESCO SEGUROS S/A Valor da causa: R\$ 13.500,00 | | | UFR vigente: R\$ 51,78 |
| Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. | | | Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6 |
| 866800000030 120309283188 520200630108 752000117016 | | | Parcela: 1/1 |
| | | | Valor total: R\$ 312,03 |
| | | | Desconto total: R\$ 0,00 |
| | | | Valor final: R\$ 312,03 |



| | | | |
|---|----------------------|---------------------|-------------------------|
| Nº DA PARCELA | DATA DO DEPÓSITO | AGÊNCIA (PREF / DV) | Nº DA CONTA JUDICIAL |
| | 22/06/2020 | 0 | 0 |
| DATA DA GUIA | Nº DO PROCESSO | | TIPO DE JUSTIÇA |
| 22/06/2020 | 08000225820198151071 | | ESTADUAL |
| UF/COMARCA | ORGÃO/VARA | DEPOSITANTE | VALOR DO DEPÓSITO (R\$) |
| PB | Vara Cível | RÉU | 312,03 |
| NOME DO RÉU/IMPETRADO | | TIPO DE PESSOA | CPF / CNPJ |
| BRDESCO SEGUROS S/A | | Jurídica | 33055146000193 |
| NOME DO AUTOR / IMPETRANTE | | TIPO DE PESSOA | CPF / CNPJ |
| JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO | | FÍSICA | 02336365448 |
| AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA | | | |
| 37087FD2BCC6D7DF | | | |
| CÓDIGO DE BARRAS | | | |
| 86680000003 0 12030928318 8 52020063010 8 75200011701 6 | | | |





EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE JACARAU/PB

Processo n. 08000225820198151071

BRADESCO SEGUROS S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JACARAU, 17 de junho de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 26/06/2020 15:12:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20062615121727600000030528832>
Número do documento: 20062615121727600000030528832

PROCESSO ORIGINÁRIO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE JACARAU / PB

Processo n.º 08000225820198151071

APELADA: JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO

APELANTES: BRADESCO SEGUROS S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

DAS RAZÕES DO RECURSO

COLEDA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

Inconformada, a demandada vem apresentar as razões do recurso de apelação, ora interposto, vez que a sentença proferida pelo juízo “*a quo*” deve ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos.

DA AUSÊNCIA DE CAPACIDADE POSTULATÓRIA

DA AUSENCIA DO TERMO DE GUARDA DO MENOR

Verifica-se que o instrumento de mandato outorgado ao advogado da parte Autora, violando a regra esculpida no art. 104 do CPC, haja vista a irregularidade na representação processual, pois a parte autora é menor e está sendo representada, contudo, a procuração não possui o nome do menor, bem como não menciona a representação.

Ademais não há nos autos o termo de guarda do menor.

Dessa feita, com o fito de evitar maiores prejuízos aos litigantes, necessário se faz a intimação da parte para sanar o vício contido no presente caderno processual.

A intimação para sanar tal vício se faz mister, pois no caso dos autos, é indubitável que a ausência de procuração válida não produz nenhum efeito legal aos atos processuais, sendo estes considerados inexistentes.

Assim sendo, se após determinação judicial para sanar o vício a parte autora permanecer inerte, deverá o processo ser reformado e extinto sem resolução do mérito de acordo com a regra contida no artigo 485, III, do CPC.

DA IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO

Inicialmente cumpre informar que mediante análise dos autos verifica-se que o não há nos autos procuração válida ou substabelecimento outorgando poderes para advogado que assinou eletronicamente a petição inicial.

Vejamos o entendimento do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO OU SUBSTABELECIMENTO DA ADVOGADA SUBSCRITORA DO RECURSO.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



RECURSO ASSINADO ELETRONICAMENTE. IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 115/STJ.

1. "A prática eletrônica de ato judicial, na forma da Lei n. 11.419/2006, reclama que o titular do certificado digital utilizado possua procuração nos autos, sendo irrelevante que na petição esteja ou não grafado o seu nome" (AgRg no REsp1.347.278/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/6/2013, DJe 1º/8/2013.).

2. Nos termos da jurisprudência do STJ, a identificação de quem peticiona nos autos é a proveniente do certificado digital, independentemente da assinatura que aparece na visualização do arquivo eletrônico.

3. "A juntada posterior do instrumento de procuração ou substabelecimento não tem o condão de sanar o vício contido no recurso manejado, ante a inaplicabilidade dos arts. 13 e 37 do CPC no âmbito dos recursos excepcionais. Precedentes da Corte Especial e da 1ª Seção do STJ" (AgRg no REsp 1.450.269/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 2/12/2014.).

AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 724.319 – BA (2015/0134460-5)

Neste sentido é importante consignar que referido documento é de suma importância a esses autos, eis que, para que a representação da parte seja válida é necessária à outorga de mandato.

Diante do exposto, em face da irregularidade na representação processual da parte autora requer intimação da mesma para sanar o vício ora anunciado.

DA AUSENCA DE INTERVENCAO DO MINISTERIO PUBLICO

A apelante informa que nos casos em que há interesses de incapazes sendo discutido em determinada demanda, deve ser intimado o Ministério Público, órgão fiscalizador da Lei, para que se pronuncie sobre a necessidade de sua intervenção.

Cumprir informar, no caso dos autos, o autor é menor, e figura como autor na presente demanda, figurando como representante, seu genitor e seu avos, contudo, em que pese tenha haja o pedido de intimação do MP na peça de bloqueio, não se observa menção a este respeito na sentença prolatada.

Urge ressaltar, a necessidade da prática deste ato, de intimação do MP, não por uma faculdade, mas um comando imposto pelo Código de Processo Civil, que traz inclusive, quando ausente tal intimação, uma possibilidade do reconhecimento de uma nulidade.

DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito.

Isso se deve ao fato de não haver comprovação inequívoca das lesões sofridas em decorrência do sinistro, principalmente, diante da ausência de informação de acidente de trânsito no BO e sim a informação que a morte se deu devido a um AFOGAMENTO. Vejamos:

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



| |
|--|
| LOCAL DE FALLECIMENTO |
| EM VIA PÚBLICA (OUTROS), EM LAGOA DE DENTRO-PB, DE ACORDO COM A REQUISIÇÃO DA DELEGACIA VÍTIMA DE AFOGAMENTO |
| CAUSA DA MORTE |
| ASFIXIA POR AFOGAMENTO |

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos NÃO atestam que existe nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser reformada e julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JACARAU, 17 de junho de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado SUELIO MOREIRA TORRES, inscrito na 15477 - OAB/PB, os poderes que lhes foram conferidos por **BRADESCO SEGUROS S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JONILDO CAVALCANTI DA SILVA FILHO**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **JACARAU**, nos autos do Processo nº 08000225820198151071.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

